

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Em 31 de março de 2022



Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Informações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022	13

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

**Grant Thornton Auditores
Independentes**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária Rota do Atlântico S.A.
Recife – PE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBG RG 21 (R4) – Demonstração intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “*Review of financial information performed by the independent auditor of the entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Ênfase

Procedimento arbitral

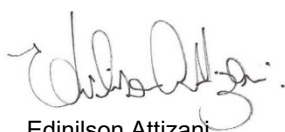
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17 às informações contábeis intermediárias, em 25 de agosto de 2017, a Companhia recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerentes a Construtora Norberto Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e a Construtora OAS S.A. – Em Recuperação Judicial, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis do complexo viário e logístico de Suape – *Expressway*, firmado pelas partes em 29 de julho de 2011. Seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, em 11 de setembro de 2017 a Companhia apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Desde então, outras medidas foram ajuizadas referente à citada discussão. Os assessores legais da Companhia avaliaram a probabilidade de êxito da Companhia como possível, porém em razão do estágio atual do processo de arbitragem, não têm condições de estimar o valor de eventuais indenizações dos pedidos das requerentes. As informações contábeis intermediárias da Companhia em 31 de março de 2022 não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa conclusão não contém ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de maio de 2022



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

		ATIVO	
Ativo	Notas	31/03/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	28.615	73.518
Contas a receber	6	4.476	3.448
Tributos a recuperar		280	73
Despesas antecipadas		764	384
Partes Relacionadas		8	-
		34.143	77.423
Não circulante			
Depósitos judiciais		20	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	31.741	30.737
Outros ativos		26	41
Imobilizado		255	211
Intangível	7	219.293	220.643
Direito de uso		261	440
		251.596	252.072
Total do ativo		285.739	329.495

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/03/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores		3.622	2.512
Obrigações sociais e trabalhistas		1.513	1.299
Obrigações tributárias		749	927
Provisão para contingências	13	312	-
Arrendamentos	9	279	468
Provisão de conserva especial	10	591	-
Outras obrigações		838	591
		7.904	5.797
Não circulante			
Debêntures	8	157.721	152.029
Arrendamentos	9	14	54
Partes Relacionadas	12	50.254	99.029
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	736	-
Provisão de conserva especial	10	-	2.833
		208.725	253.945
Patrimônio líquido	14		
Capital social		126.756	126.756
Reserva de lucros		1.414	1.414
Prejuízos acumulados		(59.060)	(58.417)
		69.110	69.753
Total do passivo e patrimônio líquido		285.739	329.495

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Concessionária Rota do Atlântico S.A.
Demonstrações dos resultados
para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Receita líquida de serviços	15	16.290	14.576
Receita de construção	15	971	578
Receita Líquida		17.261	15.154
Custo dos serviços prestados	16	(8.277)	(7.688)
Custo de construção	16	(961)	(572)
Lucro Bruto		8.023	6.894
Gerais e administrativas	17	(2.291)	(1.835)
Outras receitas (despesas) operacionais		5	-
Resultado operacional		5.737	5.059
Receitas Financeiras	18	961	96
Despesas Financeiras	18	(7.609)	(2.765)
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social		(911)	2.390
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		268	(387)
(Prejuízo) lucro líquido do período		(643)	2.003

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Concessionária Rota do Atlântico S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
(Prejuízo) lucro líquido do período	<u>(643)</u>	<u>2.003</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>(643)</u>	<u>2.003</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Concessionária Rota do Atlântico S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucro a realizar</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2020		126.756		(63.602)	63.154
Lucro do período				2.003	2.003
Em 31 de março de 2021		126.756		(61.599)	65.157
Lucro do período			1.414	3.182	4.596
Em 31 de dezembro de 2021		126.756	1.414	(58.417)	69.753
Prejuízo do período				(643)	(643)
Em 31 de março de 2022		126.756	1.414	(59.060)	69.110

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(911)	2.390
Ajustes			
Margem de construção		(10)	(6)
Depreciação e amortização		2.741	2.379
Juros e variações monetárias, líquidas		7.179	2.666
Provisão para contingências		312	-
Provisão para conserva especial		(2.242)	433
Baixa do imobilizado e intangível	7	-	51
Resultado ajustado das operações		7.069	7.913
Variação dos ativos e passivos			
Contas a receber	6	(1.028)	25
Despesas antecipadas		(508)	(120)
Tributos a recuperar		(207)	122
Depósitos judiciais		(20)	-
Outros ativos		143	-
Fornecedores		1.110	(450)
Obrigações tributárias		(178)	(499)
Obrigações sociais e trabalhistas		214	394
Outras obrigações		247	(40)
Juros pagos		6.842	7.345
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		6.842	7.345
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação financeira		-	(6)
Adições ao intangível		(1.192)	(82)
Adições líquidas ao imobilizado		(54)	(685)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.246)	(773)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de financiamentos e debêntures	8	(1.466)	(5.196)
Partes relacionadas		(48.783)	-
Baixas de arrendamento	9	(316)	(291)
Captação de empréstimos e financiamentos		66	-
Caixa líquido consumido pelas das atividades de financiamentos		(50.499)	(5.487)
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa		(44.903)	1.086
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	73.518	14.668
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	28.615	15.754

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Concessionária Rota do Atlântico S.A.
Demonstrações do valor adicionado
para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/03/2022	31/03/2021
Receitas		
Receita de serviços	17.833	14.826
Receita de construção ICPC 01-R1	971	237
	18.804	15.063
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(1.479)	(578)
Custo de construção ICPC 01-R1	(961)	(235)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(3.733)	(1.673)
Valor adicionado bruto	12.631	12.577
Depreciação e amortização	(2.741)	(2.421)
Apropriação de seguros	(166)	(245)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	9.724	9.911
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	961	117
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros	5	-
Valor adicionado total a distribuir	10.690	10.028
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	2.623	2.587
Remuneração direta	1.910	1.660
Benefícios	713	830
FGTS	-	96
Impostos, taxas e contribuições	895	1.758
Federais	-	941
Estaduais	-	-
Municipais	895	818
Remuneração de capitais de terceiros	7.815	3.680
Juros	7.607	3.605
Aluguéis	54	(49)
Outras	154	124
Remuneração de capitais próprios	(643)	2.003
Prejuízo do período	(643)	2.003
Valor adicionado distribuído	10.690	10.028

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações fechada, com sede no Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, e foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “SUAPE” (Governo do Estado de Pernambuco).

A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

Desde 30 de abril de 2021, a Companhia é controlada diretamente pela Verona Holding e Participações Societárias S.A. (“Verona”) e indiretamente pela Monte Rodovias S.A. (“Monte Rodovias”), as quais possuem 100% de participação no capital social da Companhia.

1.1. Procedimentos arbitrais

Em 25 de agosto de 2017, a CRA foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pelo Consórcio Expressway, formado pelas construtoras CNO e OAS (Requerentes). Atualmente o processo encontra-se na fase de liquidação de sentença. No que se refere aos resultados, a Administração da CRA e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral. De acordo com o contrato de compra e venda da CRA, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CRA, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias, sem limitação de valor e prazo; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CRA.

Considerando que concessionária optou por não ajuizar a ação anulatória e, que agora não cabe mais discussão sobre o mérito, a probabilidade de perda é provável em relação aos pedidos formulados pelo CEW. Por fim, é importante ressaltar que as eventuais perdas com o Procedimento Arbitral, ao término da liquidação da sentença arbitral, poderão ter lastro no contrato de concessão, sendo passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias. Em 10 de janeiro de 2022, o Tribunal Arbitral estabeleceu o prazo de 11 de março de 2022 para que as partes submetam as alegações finais. Foi agendada prolação de sentenças de liquidação para o dia 09 de julho de 2022. Após a sentença as partes terão prazo para eventual pedido de esclarecimento.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária, que estabelece o conteúdo mínimo de uma informação contábil intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações completas ou condensadas de período intermediário. Desta forma, as informações trimestrais aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das Informações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculo de estimativas.

Conforme permitido pela NBC TG 21(R4), a Administração optou por não divulgar novamente o detalhamento apresentado nas Notas Explicativas nº 2 (principais políticas contábeis) e nº 3 (estimativas e julgamentos contábeis críticos) das Informações contábeis anuais findas em 31 de dezembro de 2021, no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas Informações contábeis anuais mais recentes. Assim, faz-se necessário a leitura destas informações contábeis intermediárias em conjunto com as Informações contábeis anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de modo a permitir que os usuários ampliem o seu entendimento.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o real (R\$).

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 25 de maio de 2022.

2.2. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das informações contábeis intermediárias.

2.3. Novas normas e interpretações

No trimestre findo em 31 de março de 2022, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas.

3. Instrumentos financeiros

3.1. Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os ativos sob a categoria do custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros (não derivativos) são com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante não circulante, considerando o prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se comprometera a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

3.2. Passivos financeiros

Classificação

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

Reconhecimento e mensuração

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco realizada pela Companhia é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e dos ativos financeiros registrados no ativo não circulante.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, no saldo de mútuos a receber no qual a Companhia fica exposta a capacidade de pagamento do devedor, e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, A Companhia acompanha a situação financeira dos devedores decorrentes dos direitos creditórios a receber e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

e) Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia em 31 de março de 2022 (valores expressos em milhares de R\$):

Instituição financeira	Taxa contratada	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures - CRA	IPCA + 7,17% a.a.	23.046	19.031	18.697	171.901

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de depósito Interbancário (CDI), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI e de inflação o IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação (Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 01/2021) a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2022	2023	2024	2025	2026	2027
TJLP (*)	7,7%	6,7%	5,9%	5,4%	5,3%	5,3%
CDI (*)	12,4%	12,1%	8,2%	7,4%	6,9%	6,9%
IPCA (*)	7,5%	3,7%	3,2%	3,0%	3,0%	3,0%

(*) Fonte: Itaú BBA Abr./2022.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	6,06%	7,57%	9,09%
CDI (*)	8,99%	11,24%	13,49%
IPCA (*)	3,91%	4,89%	5,87%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2022 a 2027 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II adverso possível 25%	Cenário III adverso extremo 50%
Debêntures - CRA	2036	Alta do IPCA	23.046	25.916	28.786

A administração desse instrumento financeiro é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desse instrumento são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos à essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 31 de março de 2022.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira pode ser assim sumariado:

	31/03/2022	31/12/2021
Debêntures	157.721	152.029
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(28.616)	(73.518)
Dívida líquida	129.105	78.511
Total do patrimônio líquido	69.109	69.753
Total do capital próprio e de terceiros	198.214	198.858
Índice de alavancagem financeira - %	65	65

4.3. Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Mensurados ao custo amortizado	
	31/03/2022	31/12/2021
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	28.615	73.518
Contas a receber	4.476	3.448
Outros ativos	26	41
Total	33.118	77.007
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Debêntures	157.721	152.029
Fornecedores	3.622	2.512
Arrendamentos	293	522
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	838	591
Total	162.474	155.654

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	2.138	5.234
Aplicações financeiras	26.477	68.284
Total	28.615	73.518

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 98% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Contas a receber

	31/03/2022	31/12/2021
Meios de pagamentos eletrônicos	2.842	2.678
Receitas acessórias	551	770
Outros	1.083	-
Total	4.476	3.448

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

7. Intangível

	31/03/2022			31/12/2021
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura				
Edifícios e instalações	6.086	(1.644)	4.442	4.503
Direito de concessão de serviços públicos	269.335	(66.320)	203.015	205.091
Hardware e equipamentos de pedágio	8.764	(4.893)	3.871	4.074
Desapropriações	62	(15)	47	47
Máquinas e equipamentos	3.290	(1.660)	1.630	1.710
Móveis e utensílios	498	(318)	180	193
Obras em andamento	3.894	-	3.895	2.862
Total	291.929	(74.850)	217.080	218.480
Outros intangíveis				
Softwares	2.556	(709)	1.847	1.797
Adiantamento a fornecedores e outros	366	-	366	366
Total	2.922	(709)	2.213	2.163
Total	294.851	(75.559)	219.293	220.643

Contrato de concessão - infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Saldo em 31 de dezembro de 2021	220.643
(+) Adições	1.135
(-) Baixas	-
(-) Amortizações	(2.485)
(+/-) Transferências	-
Saldo em 31 de março de 2022	219.293

8. Debêntures

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	31/03/2022	31/12/2021
Debêntures IPCA - 12431	CRA	2036	R\$	IPCA + 7,17% a.a.	157.721	152.029
Total					157.721	152.029
					157.721	152.029
Passivo não circulante						

Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora **(a)** implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente, e **(b)** reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão, e **(c)** reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 13.2.1434.1. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são **(i)** o penhor das ações de emissão da (“Companhia”), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e **(ii)** cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia e **(iii)** cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia e **(iv)** conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio.

Cláusula restritivas (“covenants”)

A Escritura das Debêntures possui cláusulas restritivas (“covenants”), as quais foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2021.

Na CRA o índice financeiro medido anualmente é o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), ainda não válido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 por estar ainda em período de carência, não havendo no período o pagamento de juros nem amortização do principal.

Prazos de vencimento

2023	836
2024	1.672
2025	3.343
2026	5.851
2027 em diante	146.020
Total	157.721

9. Direito de uso e arrendamentos

A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2).

O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação de 7,15% a.a. para a CRA.

Direito de uso	
Movimentação	31/03/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	440
(+) Adições	66
(-) Amortizações	(245)
(-) Baixas	-
(-/+ Transferências	-
Saldo em 31 de março de 2022	261

Arrendamento (Passivo)

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA de 3,20% a.a. para o período de 01/01/22 a 31/03/22 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:

	Passivo de arrendamento
	31/03/2022
Fluxo real	
Passivo de arrendamento	293
Despesa financeira	20
Fluxo inflacionado	
Passivo de arrendamento	293
Despesa financeira	20

A Companhia não possui outros ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – Arrendamento.

10. Provisão para conserva especial

Em 31 de março de 2022, a Companhia apresentava saldo de R\$ 591 no passivo circulante referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, sendo considerados os investimentos previstos no contrato de concessão para o período em que se faz necessário a aplicação de tais manutenções para cada um dos trechos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 35 anos.

11. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de março de 2022, a Companhia apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/03/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	30.327
Diferenças temporárias	1.414
Ativo diferido, líquido	31.741

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro a seguir:

Período	CRA
2022	926
2023	1.392
2024	1.974
2025	2.648
2026 em diante	23.387
Total	30.327

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31/03/2022	31/03/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(911)	2.390
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) à alíquota de 34%	310	(813)
Subvenções do lucro da exploração	-	415
Adições / Exclusões permanentes	(42)	-
Adições / Exclusões temporárias	76	-
Outras adições/exclusões	-	10
IR e CSLL correntes constituídas no período	-	(255)
IR e CSLL diferidos constituídos no período	268	(132)
Total de IR e CSLL no resultado	268	(387)

12. Partes relacionadas

	31/03/2022	31/12/2021
Partes Relacionadas		
Mútuo entre CRA x Verona	50.254	99.029
Total	50.254	99.029

Em 31 de março de 2022, a Companhia possui o saldo de R\$ 50.254, (R\$ 99.029) em 3 de dezembro de 2021) decorrente de transações com partes relacionadas com a sua controlada direta Verona, referente a pagamento de despesas por conta e ordem a serem ressarcidas (mútuo).

A variação do saldo no período em questão, deve-se ao pagamento de mútuo e ao provisionamento de juros, como detalhado no quadro abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	99.029
(-) Pagamento de principal	(49.080)
(+) Provisionamento de juros	305,37
Saldo em 31 de março de 2022	50.254

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Em 31 de março de 2022, a Companhia registrou o montante de R\$ 629

(R\$ 1.097 em 31 de dezembro de 2021), referente à remuneração dos administradores.

13. Provisão para contingências

Em 31 de março de 2022, a Companhia possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa em atendimento ao Pronunciamento CPC 25 – provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, sendo:

	31/03/2022	31/12/2021
Partes Relacionadas		
Cível	262	-
Trabalhista	50	-
Total	312	-

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 126.756, representado por 141.438.908 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 126.756 em 31 de dezembro de 2020, representado por 141.438.908 ações).

b) Reservas de lucros – incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais corresponde ao benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração.

15. Receita líquida

	31/03/2022	31/03/2021
Receitas de pedágio	17.408	15.595
Receitas acessórias	425	354
Impostos e contribuição sobre serviços	(1.543)	(1.373)
Receita líquida de serviços	16.290	14.576
Receita de construção	971	578
Receita líquida	17.261	15.154

16. Custos

	31/03/2022	31/03/2021
Custos de pessoal	(2.241)	(1.744)
Serviços de terceiros	(1.509)	(2.146)
Materiais, equipamentos e veículos	(500)	(283)
Gastos gerais	(1.306)	(717)
Provisão de conserva especial	-	(433)
Depreciação e amortização	(2.721)	(2.365)
Custos dos serviços prestados	(8.277)	(7.688)
Custos de construção (a)	(961)	(572)
Total	(9.238)	(8.260)

- (a) Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – contratos de concessão e OCPC 05.

17. Despesas gerais e administrativas

	31/03/2022	31/03/2021
Despesas de pessoal	(1.054)	(1.219)
Serviços de terceiros	(688)	(304)
Gastos gerais	(529)	(299)
Depreciação e amortização	(20)	(13)
Total	(2.291)	(1.835)

18. Resultado financeiro, líquido

	31/03/2022	31/03/2021
Rendimentos de aplicação financeira	961	90
Outras receitas financeiras	-	6
Receitas financeiras	961	96
Juros de empréstimos e financiamentos	-	-
Juros de debentures	(7.159)	(2.051)
Juros de contratos de mútuo passivos	(306)	(618)
Outras despesas financeiras	(144)	(96)
Despesas financeiras	(7.609)	(2.765)
Resultado financeiro, líquido	(6.648)	(2.669)

19. Contratos

Contrato de concessão – CRA

O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4; em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5.

Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 4 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei nº 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 4 de janeiro de 2019.

Em 13 de outubro de 2020 foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanças para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suaape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 – 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanças, por solicitação da CRA.

O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente.

Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Verona Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão.

Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão.

Extinta a concessão, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

20. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro a seguir:

Modalidade	Riscos operacionais	Responsabilidade civil geral	Responsabilidade civil - D&O	Seguro garantia	Veículos
Vigência					
CRA	dezembro-22	dezembro-22	agosto-22	maio-22	
Cobertura					
CRA	140.500	40.000	20.000	37.035	

* * *